

ESTIMATIVA DA RECEITA 2027

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – 2027

(Art. 12º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000)

INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto no art. 12º, § 3º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e inciso I do Parágrafo único do art. 22 da Lei Municipal nº 16.761/2026 – LDO 2027, descrevemos na sequência os estudos e as estimativas das receitas para o exercício atual e subsequentes.

1. CENÁRIO ECONÔMICO

A tabela a seguir apresenta a síntese dos principais indicadores macroeconômicos utilizados como referência na elaboração da Proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2027. O processo de planejamento teve início com a publicação da Instrução Normativa SMF n.º 2/2026 e da Portaria SMF n.º 20/2026, ambas datadas de 29 de julho de 2026, que estabeleceram as diretrizes e parâmetros técnicos para a consolidação das estimativas. Os valores projetados refletem a aplicação de metodologia alinhada às melhores práticas de finanças públicas, considerando a trajetória esperada das variáveis macroeconômicas, bem como os impactos de políticas fiscais e tributárias vigentes.

Índices Econômicos	2026	2027	2028	2029
CRESCIMENTO PIB BRASIL Δ%	1,99%	1,60%	2,00%	2,00%
PIB SERVIÇOS	2,00%	1,64%	2,00%	2,00%
PIB CURITIBA ESTIMADO *	168.820.832	179.232.475	189.996.264	200.729.626
POPULAÇÃO CURITIBA ESTIMADA *	1.838.407	1.845.416	1.851.933	1.857.944
IPCA (MÉDIA)	4,63%	4,50%	3,93%	3,58%
IPCA (FIM DE PERÍODO)	5,12%	4,22%	3,80%	3,50%
IPCA (Out a Set - FOLHA DE PAGAMENTO)	4,70%	4,25%	3,81%	3,78%
INPC	5,51%	4,55%	4,00%	4,00%
IGP-M	6,10%	3,97%	3,80%	3,80%
TAXA DE CAMBIO (MÉDIA)	5,19	5,41	5,58	5,58
TAXA DE CAMBIO (FIM DE PERÍODO)	5,20	5,29	5,30	5,37
TJLP – % Dez	8,91%	8,03%	7,43%	7,43%
TX SELIC (MÉDIA)	14,35%	13,13%	11,71%	11,71%
TX SELIC (FIM DE PERÍODO)	14,00%	12,00%	10,50%	10,00%
% POPULAÇÃO – CRIANÇA E ADOLESCENTE **	19,80%	19,80%	19,80%	19,80%

Fonte: SMF, Cenário ITAÚ Longo Prazo (jun 2026), Expectativas de Mercado BACEN (24/07/2026).

* PIB CURITIBA valor está em milhões de reais.

**IBGE (Censo 2022).

1.1 Cenário Macro

Com relação ao cenário macroeconômico global, o Fundo Monetário Internacional (FMI) publicou atualizações de seu relatório World Economic Outlook (WEO) ao longo deste exercício (abril e julho), traçando um panorama marcado por incertezas, tensões geopolíticas e sinais pontuais de resiliência e alertando para os riscos contínuos representados pela guerra no Oriente Médio, pela fragmentação do comércio e por possíveis correções nas expectativas do mercado em relação à inteligência artificial.

No relatório WEO de abril, o FMI revisou moderadamente as estimativas de crescimento global, enquanto na atualização (WEO Update) de julho, a projeção de expansão do PIB mundial situou-se em 3,0% para 2026 e 3,4% para 2027. Conforme aponta a instituição, a dinâmica recente decorre em parte de acomodações logísticas e operacionais - como a prática de front-loading (antecipação de compras e investimentos por empresas antes da efetivação de novas barreiras tarifárias e comerciais globais), somada ao impulso do ciclo de tecnologia e inteligência artificial, que compensou o encarecimento das cadeias de suprimento e de energia. Contudo, à medida que a antecipação de demanda se normalizar, a projeção é de convergência do crescimento aos níveis potenciais. A oscilação entre os relatórios do FMI reforça a não linearidade da recuperação global, demandando atuações assertivas e cautela por parte das autoridades monetárias.

1.2 Cenário Interno

No cenário interno, as taxas de juros permanecem em patamares elevados para conter as pressões inflacionárias e alinhamento das expectativas do mercado. Segundo o Relatório Focus (emitido pelo Banco Central do Brasil — Bacen), que consolida as projeções do mercado financeiro, a estimativa para a taxa básica de juros (Selic) ao final de 2026 situa-se em 14,00% a.a. As projeções para os anos seguintes apontam para um ciclo gradual de flexibilização monetária, com expectativas de 12,00% em 2027, 10,50% em 2028 e 10,00% em 2029. A efetiva confirmação dessa trajetória dependerá da conduta da autoridade monetária e do empenho do governo no controle da inflação e no cumprimento das metas fiscais.

No campo fiscal e comercial, a elevação das tarifas pelo mercado norte-americano representa uma restrição externa de expressiva relevância. A desaceleração ou desacoplamento no fluxo de exportações tende a afetar o nível de atividade econômica e a arrecadação tributária federal, aumentando o risco de descompasso em relação às metas do Arcabouço Fiscal. Essa conjuntura exige maior rigor na gestão das despesas públicas e a busca contínua pelo incremento

de receitas eficientes. O principal teste para a política econômica nos próximos meses consistirá na capacidade de preservar o equilíbrio fiscal sem comprometer o apoio produtivo às empresas exportadoras afetadas.

No cenário político e institucional, a sanção da Lei Complementar nº 214 (originada do PLP 68/2024) e os desdobramentos da implementação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS) pela Lei Complementar nº 227, de 13 de janeiro de 2026, o grande desafio reside em estruturar a transição operacional do novo sistema tributário. A padronização e o aumento do ganho de produtividade podem impactar positivamente as contas públicas e contribuir para a redução estrutural do risco-país e da taxa Selic no longo prazo. Em contrapartida, persistem incertezas regulatórias sobre a governança de arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISS) e sua migração para o IBS, bem como quanto à autonomia de arrecadação dos municípios. Conforme o cronograma constitucional, a fase de testes e transição do novo modelo inicia-se em 2027, com transição gradual até a implementação plena em 2033.

Para o ano de 2026 há expectativa de inflação de 5,12% ficando acima do centro da meta em (3%) e do intervalo superior de tolerância (1,5%-4,5%). Nos anos subsequentes, a tendência é que a inflação fique no intervalo de tolerância da meta para 2027 em 4,22%, 2028 em 3,80%, e 2029 3,50%.

A taxa de câmbio para os anos 2026 é de R\$ 5,20/US\$, para os anos de 2027 R\$ 5,29/US\$, 2028 R\$ 5,30/US\$ e 5,37/US\$ para 2029, mas devido às incertezas alterações no cenário de comércio internacional, o câmbio poderá trazer valores maiores ou menores que o estimado.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o produto interno bruto (PIB) no Brasil avançou 2,3% em 2025. O PIB de Curitiba tem uma correlação acompanhando a variação do PIB Brasil, que é estimado para os anos futuros pelo Banco Central.

Para a elaboração das estimativas das receitas tributárias e das transferências constitucionais, adotou-se cenário macroeconômico que considera, entre outros indicadores, a variação projetada do Produto Interno Bruto (PIB), estimada em 1,99% para 2026, 1,60% para 2027 e 2,00% para o ano de 2028e 2029, além de outros parâmetros econômicos relevantes para a projeção do comportamento das receitas.

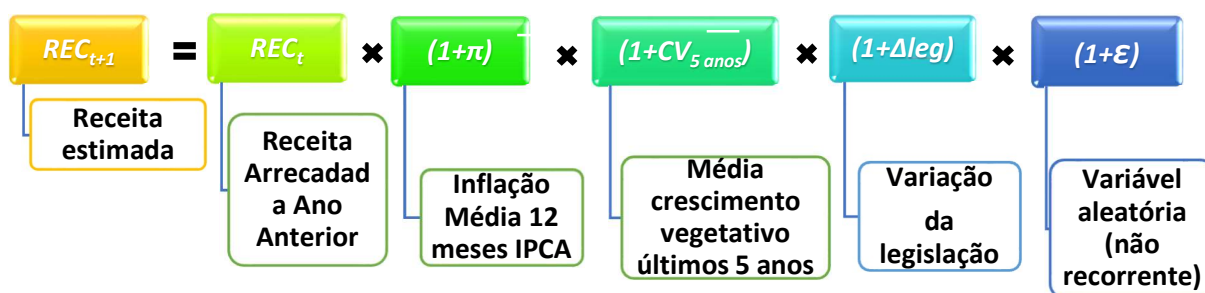
2. PROJEÇÃO DAS RECEITAS

As receitas orçamentárias para o exercício de 2027 foram estimadas considerando o comportamento histórico das receitas, expurgando as arrecadações extraordinárias e a arrecadação de janeiro a julho do exercício corrente. Também foram tomadas como premissas

as projeções elaboradas para a economia, as quais foram estabelecidas por meio dos indicadores de conjuntura divulgados oficialmente.

Consideram-se, ainda, as circunstâncias de ordem conjuntural que possam comprometer o desempenho de cada fonte de receita, a expectativa para o cenário macroeconômico, e os benefícios de natureza tributária (renúncia, descontos, entre outros) e alterações na legislação.

O Modelo de Previsão, aplicado na maioria das estimativas de receita, neste documento, implementa a seguinte lógica: considera como base a arrecadação do período anterior, expurgando as arrecadações extraordinárias, em que se aplica IPCA médio entre o ano base e a estimativa de índice de preços do período seguinte, o crescimento vegetativo médio (índice de crescimento ou decrescimento real da receita), efeito de Legislação (variação da receita decorrente de alterações na legislação vigente) e variável aleatória (índices que não são comumente utilizados). Essa metodologia matematicamente é traduzida pela seguinte fórmula:



Na sequência serão descritos alguns critérios utilizados para a projeção das principais receitas.

2.1 Receitas com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

A projeção das receitas com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, as quais abrangem as arrecadações de competência do Município, sendo o Imposto sobre a Propriedade Territorial Predial Urbana - IPTU, Imposto Sobre Serviços – ISS, Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis – Inter Vivos - ITBI, Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Taxas e Contribuição de Melhoria, estão estimados para 2027, no montante de R\$ 6.872.465.000, apresentando um crescimento de 383,2 milhões de reais em relação ao provável 2026, que representa 5,9% sobre a arrecadação estimada para 2027.

- a) **IPTU**: Para a projeção de arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal, foi considerado a evolução dos valores de lançamento,

a arrecadação nos últimos cinco anos, inflação projetada para o período, sendo estimado o valor de R\$ 1.663.000.000 que corresponde expectativa de crescimento nominal de 7,4%, em comparação com a receita provável de 2026. Considerando a estimativa de arrecadação com Multas e Juros, Dívida Ativa e Multas e Juros da Dívida Ativa incidente no IPTU o valor estimado ficou em R\$ 1.901.500.000.

- b) **ITBI:** No Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - Inter Vivos, foi projetado o valor de R\$ 696.000.000. Para essa estimativa foi considerado a variação da arrecadação dos últimos cinco anos, e projeção de índice do IPCA e PIB, com expectativa de crescimento nominal de 6,7%, em comparação com a receita provável de 2026. Considerando a estimativa de arrecadação com Multas e Juros, Dívida Ativa e Multas e Juros da Dívida Ativa incidente no ITBI o valor estimado ficou em R\$ 697.455.000.
- c) **IRRF:** Para a estimativa do Imposto de Renda Retido na Fonte, foi considerado a receita provável de 2026, variação do índice da inflação e as retenções sobre outros rendimentos – pessoa física e jurídica. Sendo estimado para 2027, o valor de R\$ 815.000.000, que corresponde a uma variação nominal de 8,4%, em relação ao provável.
- d) **ISS:** Na estimativa do Imposto Sobre Serviços, considerou-se a variação vegetativa média da arrecadação dos últimos cinco anos, o IPCA e estimativa de variação do PIB do setor de serviços, sendo projetada uma receita em R\$ 2.897.000.000, que corresponde a variação nominal de 4,5% em relação a provável 2026. Considerando a estimativa de arrecadação com Multas e Juros, Dívida Ativa e Multas e Juros da Dívida Ativa incidentes no imposto o valor total estimado ficou em R\$ 3.086.000.000.
- e) **IBS:** A estimativa de arrecadação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) para o exercício de 2027 foi fixada em R\$ 2.400.000,00. A projeção foi elaborada com base no comportamento histórico e nas estimativas de arrecadação nacional do ISS e do ICMS, considerando-se, ainda, a participação relativa do Município nessas receitas e os ingressos projetados para o exercício. A metodologia adotada observa os critérios estabelecidos para a transição do atual sistema de tributação sobre o

consumo para o IBS, em conformidade com as disposições da Reforma Tributária e da legislação federal vigente.

- f) **Taxas:** As receitas de taxas municipais estão classificadas em duas modalidades: Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e Taxas pela Prestação de Serviços. Para o exercício de 2027, projeta-se arrecadação total de R\$ 370.084.000, correspondendo a uma variação de 5,8% em relação ao exercício provável de 2026. Entre as receitas mais relevantes, destaca-se a Taxa de Coleta de Lixo, cuja estimativa foi elaborada a partir da série histórica de lançamentos e arrecadações dos últimos cinco anos, corrigida pela variação do IPCA, resultando em projeção bruta de R\$ 278.000.000. Considerando ainda a incidência de Multas, Juros e Dívida Ativa, o montante projetado para as Taxas pela Prestação de Serviços totaliza R\$ 332.074.000.

2.2 Receitas de Contribuições

Compreendem as receitas de Contribuições para o Regime Próprio de Previdência dos servidores ativos e inativos do Município para o Fundo Previdenciário e a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP e foram projetadas para 2027 em R\$ 768.408.000, crescimento nominal em relação as estimativas de 2026 de 4,5%.

- a) **Contribuições para o Regime Próprio de Previdência:** foram projetadas conforme os critérios de crescimento da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas, e apresentaram um montante de R\$ 592.408.000, com crescimento nominal de 4,3%, sobre a estimativa para 2026.
- b) **Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP:** no cálculo do valor estimado para a Receita de Contribuições para 2027, aplicou-se o IPCA média ano, sendo estimado o valor de R\$ 176.000.000.

2.3 Receita Patrimonial

A Receita Patrimonial compreende as receitas imobiliárias, aplicações financeiras e receitas de concessões e permissões. Sendo estimada, para 2027 em R\$ 914.365.000. Dentre essas receitas destacam – se as Renumerações de Aplicações Financeiras projetadas no valor de

R\$ 866.778.000, a qual, foi calculado com base nos impactos de alterações de legislação e disponibilidades de recursos.

2.4 Receitas de Serviços

As receitas com Serviços, abrange serviços comerciais, serviços administrativos, entre outros serviços, sendo estimado para 2027 o valor de R\$ 179.307.000. Dentre as arrecadações com Serviços, destacam-se a “Receitas de Serviço do Armazém da Família” no valor de R\$ 168.123.000.

2.5 Receitas de Transferências Correntes

Para a projeção das receitas de transferências correntes em 2027, foram consideradas as principais variáveis macroeconômicas, notadamente a evolução do PIB, a inflação medida pelo IPCA e o desempenho histórico das bases de arrecadação que compõem as transferências constitucionais. A estimativa resultou em R\$ 5.507.748.000, valor que representa R\$ 134,3 milhões em relação ao provável para 2026, correspondendo a uma variação de 2,5%.

2.6 Receitas de Transferências da União

A estimativa de arrecadação para as receitas de Transferências Federais foi de R\$ 2.486.133.000, representando variação nominal de 0,7% sob a receita provável para 2026. Dentre as principais receitas repassadas pela União, destacamos o Fundo de Participação dos Municípios – FPM quota mensal, FPM 1% quota anual repasse em julho (EC 84/2014), FPM 1% quota anual entregue em dezembro (EC 55/2007), valores acumulados de setembro a agosto do ano seguinte (EC nº112/2021) as Transferências do FNDE, Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS e Transferências do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS.

- a) **FPM:** A estimativa de transferência do FPM - quota mensal, foi no montante de R\$ 761.000.000 e o FPM - Cotas Extraordinárias foram projetadas no valor R\$ 98.000.000. Para a projeção foram utilizados a variação dos repasses nos últimos cinco anos, IPCA e variação do PIB. Considerando as deduções para formação do FUNDEB, o valor líquido projetado para o FPM - quota mensal foi de R\$ 706.800.000.

- b) **Transferências do SUS:** Foi estimado o valor de R\$ 1.638.164.000, apresentando variação de nominal negativa de 0,5% sobre a receita provável em 2026. As estimativas foram feitas com base no histórico dos repasses.
- c) **Transferências do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE.** A receita foi estimada considerando o comportamento das transferências nos últimos cinco anos no valor de R\$ 103.523.000, variação de 2,5% em relação ao provável 2026.
- d) **Transferência do Fundo Nacional de Assistência Social:** Para as estimativas de transferências de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, foi utilizado o histórico de repasses, sendo estimado o valor de R\$ 13.847.000, variação negativa de 4,3% em relação ao provável 2026.

2.6.1 Receitas de Transferências do Estado

Para o exercício de 2027, estima-se o ingresso de R\$ 1.774.382.000 a título de transferências correntes oriundas do Estado, valor que representa uma variação de 1,3% em relação ao valor reestimado para 2026. Compõem as principais rubricas dessas transferências o ICMS, o IPI-Exportação e as transferências vinculadas a programas estaduais na área da saúde, cujas variações acompanham a dinâmica da arrecadação estadual e os critérios de repasse estabelecidos na legislação vigente.

- a) **ICMS:** Para as transferências do ICMS, foi considerado o comportamento da arrecadação dos últimos cinco anos, projeção do PIB, inflação para o período, expectativa de incremento no índice de participação na Cota-parte ICMS de 8,56% em 2026 para 8,62% para 2027, conforme consulta de índice prévio SEFA/PR em 28/08/2026, sendo estimado o montante de R\$ 1.288.000.000, que corresponde a uma variação nominal de 6,2%, em relação a provável de 2026. Considerando o valor deduzido da transferência para a formação do FUNDEB, o valor líquido projetado foi de R\$ 1.030.400.000.
- b) **IPVA:** Para o exercício de 2027, ficou estimado para as transferências do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores o montante de R\$ 743.000.000,00. que corresponde a uma variação nominal de 5,2%, em relação a provável de 2026.

Considerando o valor deduzido da transferência para a formação do FUNDEB, o valor líquido projetado foi de R\$ 594.400.000.

- c) **IPI Exportação:** Para a previsão de receita de transferência para o IPI Exportação para 2027, foi considerada o comportamento da receita nos últimos cinco anos, a inflação, a expectativa do PIB, sendo estimada a transferência no valor de R\$ 19.000.000, crescimento de 5,6% em relação a transferência provável 2026. Considerando o valor deduzido da transferência para a formação do FUNDEB, o valor líquido projetado foi de R\$ 15.200.000.
- d) **Transferências do Estado Para Programas da Saúde:** A estimativa de repasses fundo a fundo do Governo do Estado foram estimados em R\$ 123.486.000.

2.6.2 Receitas de Transferências Multigovernamentais

a) **FUNDEB:** Para a estimativa das transferências vinculadas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), foram considerados o histórico recente de arrecadação, a variação vegetativa da base de contribuições, os índices projetados de inflação (IPCA) e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), bem como as previsões de receita dos principais tributos que compõem a base do Fundo — ICMS, IPVA, IPI-Exportação e FPM. A partir desses parâmetros, elaborou-se um modelo estatístico de correlação que resultou na projeção bruta de R\$ 1.193.000.000 para 2027. Ressalte-se que, em virtude da sistemática de composição do FUNDEB, na qual o Município participa também como contribuinte, mas apresenta saldo líquido positivo entre os valores recebidos e os destinados ao Fundo, a estimativa líquida de incremento de receita para Curitiba está prevista R\$ 630.645.000 no exercício de 2027.

2.7 Outras Receitas Correntes

Nas outras receitas correntes estão classificadas as arrecadações com multas e juros previstas em legislação específica do Município. As estimativas dessas receitas foram definidas conforme os históricos de arrecadação nos períodos anteriores e índices inflacionários, sendo estimado no montante de R\$ 412.007.000.

2.8 Receitas de Capital

A estimativa de arrecadação com Receitas de Capital foi realizada de acordo com os projetos existentes a serem executados no exercício financeiro de 2027, sendo estimados na proposta orçamentária R\$ 1.055.700.000.

- a) **Operações de Crédito:** A estimativa da receita com Operações de Crédito foi calculada considerando os projetos existentes, aprovados pelo Legislativo, e com base na programação financeira prevista para execução no exercício, sendo estimando o valor de R\$ 538.097.000.
- b) **Transferências de Capital – União/Estado:** As Transferências de Capital, compreendem os repasses ao Município para serem exclusivamente aplicados em despesas orçamentárias de capital e foram estimadas em R\$ 427.129.000, sendo o valor de R\$ 214.619.000 referente repasses da União e R\$ 212.510.000 para receitas com Transferências de Capital do Estado do Paraná.
- c) **Demais Receitas de Capital:** A estimativa para o exercício 2027 com outras receitas de capital é de R\$ 90.474.000, e compreende os valores da Lei Complementar Federal nº 151/2015 (Depósitos Judiciais) e a receitas com potencial construtivo.

2.9 Receitas Intraorçamentárias

As receitas intraorçamentárias são aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Municipal integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social, não representando novas entradas de recursos ao ente, mas apenas movimentação de receitas entre seus órgãos e são classificadas em Receitas Correntes Intraorçamentárias e Receitas de Capital Intraorçamentárias.

Para essas receitas foram estimadas com Receitas Correntes Intraorçamentárias um montante de R\$ 868.000.000.

2.10 Resumo da Estimativa da Receita

A estimativa consolidada da receita para o exercício de 2027 está demonstrada no quadro a seguir, com a discriminação das receitas orçamentárias por categoria e origem, bem como das receitas intraorçamentárias.

A receita total foi estimada em R\$ 16,648 bilhões. Desconsideradas as receitas intraorçamentárias, estimadas em R\$ 868 milhões, a Receita Geral da LOA 2027 totaliza R\$ 15,780 bilhões, conforme demonstrado a seguir:

RESUMO GERAL DA RECEITA LOA 2027	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.872.465.000
CONTRIBUIÇÕES	768.408.000
RECEITA PATRIMONIAL	914.365.000
RECEITA DE SERVIÇOS	179.307.000
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.507.748.000
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	412.007.000
RECEITAS DE CAPITAL	1.055.700.000
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	868.000.000
TOTAL DA RECEITA	16.578.000.000
(-) RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	868.000.000
TOTAL DA GERAL RECEITA	15.710.000.000

Fonte: SGP - Sistema de Gestão Pública - Planejamento Orçamentário.